REFLEXÃO

# TEMPO E MARCOS

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)



*A paciência é amarga,*
*mas seu fruto é doce.*
**Jean-Jacques Rousseau**

EXTREMOS DISTANCIAM-SE ainda mais quando não procuram a reconciliação. Em termos políticos, direita e esquerda extremadas são uma longa banda que somente se reduz com os mais poderosos guerreiros: a paciência e o tempo, segundo Tolstói. Enquanto muitos fazem loas ao passado, o tempo dá aos jovens a chance de fazer o futuro. Às novas gerações, as oportunidades!

As ondas do personalismo devem ser refreadas pelas regras de convivência, no dia a dia dos cidadãos ou, na lógica da Justiça, nas Constituições dos países.

Há uma caracterização (estudos e levantamentos de opinião) de uma "calcificação" ou polarização dos extremos, reduzindo as possibilidades de diálogo entre os opostos, o que é muito ruim para a democracia. Ou seja, consolida-se uma rigidez no pêndulo entre os extremos, piorada pelo posicionamento radical de quem venceu as eleições de novembro de 2022. Essa polarização ("nós contra eles", seguida de outras fórmulas) produz um ambiente de perdas, e não um possível ganha-ganha.

Como acabar com o descrédito e a desconfiança com as instituições e as pessoas? É possível retomar as relações entre pessoas se a economia possibilitar isso, pois, no campo político, a imagem é muito ruim, reforçada por uma estratégia eleitoral interessada na divisão para o longo prazo.

Entre o senso comum de se buscar uma convivência menos extremada – para o bem do Brasil – e de se estabelecer o equilíbrio, o Congresso Nacional trabalha, no caso das terras e seus proprietários, a definição do marco temporal para ajuste dos direitos dos indígenas no Brasil pós-Constituição de 1988. Várias áreas já incorporadas a estados, municípios e produtores são questionadas pela falta do marco temporal, resultando em insegurança para produtores brasileiros. Qual é a justificativa do Supremo Tribunal Federal (STF) para não aprovar a lógica do Congresso Nacional, já que indígenas representam 0,8% da população brasileira, segundo o Censo de 2022?

A corrente da esquerda, ao apoiar o "não marco temporal", desestabiliza o País, trazendo desordem ao campo. O direito dos indígenas sobre terras utilizadas por eles estaria protegido com o marco temporal (de 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição). Mas, mesmo assim, o STF decidiu contra o marco temporal, atropelando o Congresso. Em seguida, o Projeto de Lei (PL) do marco temporal foi aprovado no Senado. Como ficamos?

O Brasil, como protagonista na busca global pela segurança alimentar e pela bioenergia, na lógica da luta contra as mudanças climáticas, volta-se aos holofotes do confronto. Que desperdício de tempo!

Se tudo que é eterno está eternamente acima do tempo – conforme C. S. Lewis –, e sendo o tempo tão inovador, a eternidade deve começar, na lógica do País, por aquilo que se pretende para o futuro. Questionar e refrear os investimentos de produção sustentável de alimentos que um raro país no mundo, como o Brasil, potencialmente tem é condenar a humanidade à fome.

A posição de uma entidade que olha as cadeias produtivas e que busca o seu equilíbrio está fortemente afrontada por essa decisão do STF, que não esperou o trabalho do Legislativo. O Congresso não aceitará a ação da Suprema Corte, o que levará a um desnecessário confronto entre os poderes.

Vivemos uma fase complexa e perigosa na geopolítica. Entre as guerras fria e quente, o Brasil tem tudo para ter paz e razão – até perdê-las. ■

"O direito dos indígenas sobre terras utilizadas por eles estaria protegido com o marco temporal (...). Mas, mesmo assim, o STF decidiu contra o marco temporal, atropelando o Congresso. Em seguida, o Projeto de Lei (PL) do marco temporal foi aprovado no Senado. Como ficamos?"